

“Vai ter viado se beijando, sim!”: Sexualidade, política e juventude em uma escola pública federal do Rio de Janeiro¹

Paula Alegria Bento

Doutoranda na Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

O campo de trabalho deste artigo baseia-se em uma pesquisa etnográfica realizada entre os alunos de uma escola pública federal do Rio de Janeiro. Buscou-se privilegiar o olhar sobre as configurações de experimentação da sexualidade e das identidades de gênero e do movimento estudantil, bem como as suas relações com a tradicional instituição, professores, servidores e técnicos, e com o mundo para além dos seus muros. O eixo central desta investigação colocou-se no desafio de acompanhar e perceber as diversas formas de expressar-se, mover-se e afirmar-se através das performances de gênero, das práticas sexuais e das primeiras experimentações participativas de construção da ação política no âmbito escolar e nas suas relações com a realidade da sociedade contemporânea².

Palavras-Chave

Sexualidade; Política; Juventude.

Introdução

Para alguns, 2013 não tinha acabado, desabrochava num tempo não-linear, como as flores de uma primavera que jamais acabou: no colégio onde empreendi o trabalho de campo para a minha pesquisa etnográfica do mestrado, via camélias e regadores. “Lá”, encontrei jovens e professores com sede de tudo: igualdade, comunhão, coletividade, ruptura, conservadorismo, rebeldia, visibilidade, horizontalidade, hierarquia, manutenção e transformação - “É tanta coisa que nem cabe aqui”, diziam cartazes do ano que ainda era este.

Esse agir ambíguo e fugidio redundava na dificuldade em apontar um caminho único, ensinar uma conclusão totalizadora, um conceito significante das experiências

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² A reflexão apresentada neste artigo toma como base a pesquisa realizada durante o meu curso de Mestrado em Ciências Sociais, na PUC-Rio. Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Capes.

daqueles alunos e daqueles professores. Não havia “de um lado” ou “de outro”: as diferenças se entrelaçavam e se misturavam como uma e como múltipla, era *n-1*, era inclassificavelmente diversa e variável na sua unidade. Dentro do movimento estudantil ou no pátio da escola, as vozes se somavam em um grito *políssono* e irregular. Era na trilha de ação e produção de sentido, na constituição do movimento estudantil e das experiências das práticas sexuais, nas dissonâncias de discursos e de querereres, que se tornava simplificador o registro de um mapa absoluto, unificador e totalizador. As paredes também vibravam com o ressoar de tanto barulho, em cores, pichações e repressões: “A gente não sabe o que vai ser disso, o que vai acontecer, mas o que a gente tá vivendo é histórico no [nome do colégio]”, dizia a professora Sol.

Frente Feminista, Frente LGBT, Frente Reacionária Democrática, Frente Masculinista, Coletivo Feminista, Coletivo LGBT, Grupo de Estudos de Gênero, Laboratório da Diversidade, Núcleo de Pesquisa, os “Sem-Frente-Nem-Coletivo-Nem-Grupo-Nem-Núcleo” e os “Contra tudo”: via espriar as multiplicidades de discursos e de tensões que as questões de gênero e sexualidade impunham aos alunos na realidade escolar e no seu tão aclamado movimento estudantil e corpo docente. Pelos gritos de uns e sussurros de muitos outros, os conflitos chegaram à Reitoria e mereceram formalidades nos mais altos patamares da instituição, como a formação de um núcleo para a “construção de uma política institucional de gênero e diversidade sexual”. Mas nada impediu, no entanto, que estourassem, por todo canto da escola, os conservadorismos e as discriminações, mais sutis ou mais escancaradas, dos que se colocavam “contra tudo isso que estava aí”.

Com o tempo e incontáveis reflexões sobre o trabalho de pesquisa, cheguei a “outros traçados de conflitualidade, [a] uma nova geometria da vizinhança ou do atrito” (Pélbart, 2003, pg. 142), na tentativa de reconhecer a composição recíproca das diferenças em torno da construção do debate e das experimentações da sexualidade e das performances de gênero dentro da escola. Para tanto, me parecia indispensável um salto para *fora*: a onda questionadora das sexualidades e dos binarismos de gênero perturbava a ordem interna no colégio, ao mesmo tempo em que a crítica conservadora ao “gayzismo”, às “feminazis” e à “ideologia de gênero” se intensificava aqui e lá: nos discursos inflamados que invadiam os corredores da escola e nas campanhas da parcela mais conservadora e religiosa da sociedade. A marca à esquerda da luta do movimento estudantil e as resistências ao poder normalizador da instituição e da sociedade na

tradicional escola pública federal incomodavam quem assistia do lado de dentro e do lado de fora dos muros.

Preconceitos difusos, intenções ambíguas e agressões marcantes incidiam sobre os alunos que mantinham práticas trans, homo ou bissexuais e performances não-binárias de gênero na escola ou sobre aqueles que apoiavam as manifestações por igualdade e “diversidade sexual”. Ao pretender “proteger” esses alunos, o setor pedagógico e alguns docentes insistiam em recorrer a estratégias discursivas que, mesmo sem fazer nítidos discursos homo/bi/transfóbicos ou assumindo posturas francamente heterossexistas, retomavam representações estigmatizantes e elaboravam mecanismos de discriminação capazes de fortalecer e de fazer propagar discursos pouco acolhedores na escola. Muitas vezes, condutas engendradas pelo corpo institucional e docente, como a de ligar para os responsáveis de alunos homossexuais, apelidar um estudante trans de “Pepê e Neném” ou orientá-lo a usar um banheiro exclusivo, geravam não apenas ambientes desfavoráveis à visibilização da diferença, mas também produziam um tipo de “condenação moral”, que pairava como uma ameaça a todos - tanto aos que gritavam “não vou me esconder atrás da pilastra” quanto àqueles que temiam se expressar.

Neste mesmo momento, o país parecia dar uma guinada à direita, pós-2013, na forma de uma oposição popular recheada de conservadorismos e gritos extremistas. Não raro, nas manifestações contra a presidenta e o seu partido, as bandeiras que pediam por intervenção militar e pela “privatização de tudo” embaçavam os olhos de quem via de fora e também provocavam tensões entre os que acompanhavam a mesma caminhada. Desta vez, os partidos e líderes políticos se integravam publicamente aos movimentos (como o PSDB e a bancada evangélica, de um lado, e o PT e a UNE, de outro), em um gesto de tomar e unificar as vozes, tanto as que gritavam pela saída de Dilma quanto as que faziam ecoar pelos eleitores petistas mais engajados e combativos.

Simultaneamente ao engajamento popular e partidário das ruas, a luta das mulheres na “Marcha das Vadias” ou a ocupação dos alunos nas escolas em São Paulo identificavam também velhos “vilões”, embora, ao contrário das outras manifestações, não apontassem para nenhum “mocinho” entre a classe política. Abriam-se, antes, ao “respirável”, ao “desejo de rua”, ao ensejar de “situações de encontro ou fricção, (...) na cólera ou na alegria” (Pélibart, 2015). Para esses movimentos, contavam eles com eles próprios, mais no gesto de abrir-se ao que estava em vias de ser e menos no fim político-partidário antecipado pelas suas reivindicações.

Seguindo a correnteza do rio e o vibrar das ruas, em 2015, como os alunos paulistas, eu também ocupava uma escola pública e escolhi me deter aos espaços e aos alunos de um colégio público federal para empreender o trabalho de campo. Não era professora, não era ex-aluna ou funcionária. Chegava de *fora* e pelas beiradas. E eu, mesmo no olho do furacão da efervescência política e representativa, não imaginava encontrar o movimento estudantil, contudo, me senti irreversivelmente engolida e conduzida por ele.

No colégio, a política se constituía em movimento, por *entre* alunos, e se realizava nos espaços a partir do uso da palavra no seu sentido mais amplo. A política, compreendida como uma atividade para além do Estado e das instituições, não se configurava como a disputa pelo poder, mas como a manifestação das ações que desenvolviam e dos debates que impulsionavam entre si. Falar em política e movimento estudantil, neste sentido, não significa privilegiar exclusivamente uma narrativa sobre o poder, mas, sobretudo, um estudo sobre as relações sociais dentro das primeiras experimentações participativas de construção da ação política e de aprendizado coletivo destes atores. Tal modo de configuração do fazer coletivo me atentava para a virada do “o grêmio é você”, carregado de si, como inicialmente divulgado pela chapa em época de eleições, para “o grêmio é todo mundo”, cheio de nós, posteriormente adotado quando já eleita. Não havia “os alunos do grêmio” porque o grêmio era, na sua forma de existir e de se configurar como um espaço de construção da ação política e de ativação da potência coletiva, todo mundo que quisesse sê-lo, rizomática e indefinidamente. O grêmio, como as suas Frentes e os coletivos, constituía, em si, um contínuo processo de subjetivação, a formação de “um que não é um eu, mas a relação de um eu a um outro” (Rancière, 1998, pg. 118 apud Moreno, 2014) – uma vez que estava sempre aberto às diferentes possibilidades de criação de novos agenciamentos.

Quando pensava uma forma de configuração política que se construía pela via da participação coletiva e que tinha no espaço não a sua apropriação, mas a abertura ao “uso comum” (Agamben, 2007), concebia também todo um campo de possíveis, no momento mesmo em que outras modulações da experimentação política se abriam no mundo, para além da forma-partido (como no Brasil, na Grécia e na Espanha). Ao mesmo tempo, na escola, esta perspectiva esbarrava em uma floresta de conservadorismos e na herança disciplinar da sua estrutura institucional, baseada nos princípios da hierarquia e da autoridade, ainda que alguns aliados, professores e servidores, desejassem contê-la. E, no aprendizado contínuo e na politização das

sexualidades, a resistência ao poder normatizador do currículo, do regimento da escola e dos conservadorismos se prolongava com “a difusão de comportamentos resistentes e singulares” (Pélbart, 2003, pg. 142). “Se ela se acumula, ela o faz de maneira extensiva, isto é, pela circulação, a mobilidade, a fuga, o êxodo, a deserção: trata-se de multidões que resistem de maneira difusa e escapam das gaiolas sempre mais estreitas da miséria e do poder” (Pélbart, 2003, pg. 142) – eram como ervas daninhas. Para Pélbart, não há necessidade de uma tomada de consciência para tanto, “o sentido da rebelião é endêmico e atravessa cada consciência”; é o efeito do comum, do percorrer dos espaços e da “explosão dos comportamentos das singularidades que é impossível conter” (Pélbart, 2003, pg. 142).

Nesta perspectiva, as lutas pela afirmação de identidades minoritárias (homo, bi, transexual) e também as suas constantes reinvenções lançavam luz sobre uma cena juvenil e contemporânea de ressignificações e novas apropriações, de termos e de comportamentos, no interior de uma dinâmica crescente da produção de discursos conservadores, hierarquizantes e normalizantes – também variáveis nas suas diversas configurações internas. Assim, tanto quanto afirmar-se “lésbica”, “gay” ou “homossexual” quanto aliar-se a uma “performatividade *queer*” significava instaurar uma força política. Pelas desestabilizações das categorias de identidade, pautadas na fluidez e na ambiguidade de quem rejeita estereótipos “impermeáveis” (Eugênio, 2006) – como jovens que transitam no *entre*, em um gesto des-essencializador das performatividades de gênero e de práticas sexuais e afetivas -, ou pela citação descontextualizada do que seria um insulto homofóbico e machista (“viado”, “sapa”, “sapatão”, “vadia”), uma nova onda contemporânea propunha a abertura de brechas para a produção e a afirmação de subjetividades e também o deslocamento (ou a “confusão”) das posições de enunciação hegemônicas que uma palavra ou um comportamento outrora poderiam provocar.

Quando, no “BeijATO”, alunos se reuniam para um protesto em retaliação às intimidações do setor pedagógico em uma “manifestação de beijos gays”, as afirmações das categorias identitárias, as suas ressignificações e deslizamentos pareciam ainda mais evidentes. Ao mesmo tempo em que lutavam contra a perpetuação de discursos preconceituosos e estigmatizantes pela via da afirmação identitária (“vai ter beijo lésbico, sim!”, “eu sou gay e não vou me esconder atrás da pilastra”), a presença de alunos que desamarravam as suas performances dentro de uma perspectiva *queer* (como os não-binários) abria caminho para uma observação que considerasse não a “forma

pronta”, o “modelo generalizante” daqueles alunos, mas a *composição* recíproca das suas diferenças. Além disso, os usos de expressões ressignificadas (“Vai, viado!”) e as pichações que enfeitavam e politizavam o grêmio (“Aqui só tem sapatão”) faziam dos insultos pronunciados por heterossexuais, para conter lésbicas e homens gays nas amarras da sua abjeção, um discurso contestador e produtivo por parte de “um grupo de ‘corpos abjetos’ que, pela primeira vez, tomavam a palavra e reclamavam sua própria identidade” (Preciado, 2014, pg. 28). Da mesma forma, a abjeção de certos tipos de corpos, “sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade” (Butler, 2002), manifestava-se em políticas e na política, como nas reivindicações do uniforme não-binário para contemplar não só alunos transexuais, que buscavam garantir este direito ao menos no plano jurídico, por meio de uma Resolução³, mas também aqueles que flutuavam e se compunham por *entre* as classificações generificadas.

Desmantelar, bagunçar os referentes normativos do gênero e da sexualidade para, então, reinseri-los em um novo círculo de ressignificações e afirmações, no sentido da operação ontológica e da performance no mundo, “mesmo que apenas para apresentar a própria ontologia como um campo questionado” (Butler, 2002), fazia-se, então, crucial. A estratégia não parecia impor uma ruptura ou uma plena e total continuidade de determinados comportamentos ou classificações identitárias, mas, ao contrário, usá-los mais, contorcê-los, subvertê-los, explorá-los e resgatá-los, “submetê-los ao abuso” (Butler, 2002), de modo que não conseguissem mais operar com o que normalmente operavam, fazendo saltar “corpos que importassem” nos esquemas de inteligibilidades e de experimentações disponíveis e aceitas no pátio do colégio.

Notas etnográficas: a “politização da sexualidade” e a “sexualização da política” na escola

Eu já me preparava para a reunião das meninas, em que falariam sobre a participação na Marcha das Vadias, quando Magro, da unidade Caxias, postou um desabafo nas redes sociais. Ele contava que o setor pedagógico havia ligado para a casa dele, insinuando sobre a sua homossexualidade. A sua mãe, com quem falavam,

³ Em janeiro de 2015, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoções dos direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) publicou no Diário Oficial da União a Resolução de nº 12, que estabelece parâmetros para “a garantia das condições do acesso e da permanência” de travestis e transexuais nas escolas. Lê-se Resolução nº 12, DOU, 2015, na íntegra, no site: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=12/03/2015>. Acesso em julho de 2015.

respondia como se tratassem das relações afetivas do filho em tom de “problema”. Magro contestou fortemente a exposição a que fora submetido e o pouco cuidado do setor ao abordar o assunto com a sua mãe sem ao menos conversar com ele. E, no final da postagem, avisou: “vai ter viado se beijando, sim!”.

Aos poucos, começaram a aparecer outros relatos como o do Magro entre a minha rede de amigos no *Facebook* - parecia que ele não havia sido o único escolhido para telefonemas daquele tipo. A mobilização estudantil sobre o que fazer contra a conduta do setor pedagógico foi rápida: realizariam um “BeijATO Gay”, ao meio-dia (horário entre os turnos), no pátio de uma das unidades. A idéia era reunir os alunos LGBT de todos os campi para um protesto em retaliação às intimidações do setor em uma “manifestação de beijos gays”: o “BeijATO” (em alusão a “beijaço”). E eu, que pensava em ouvir as meninas feministas no mesmo lugar e horário, tinha, agora, compromisso de campo ainda mais empolgante.

Quando cheguei, o pátio já estava cheio. Muito alunos se concentravam nas escadas para ver o “BeijATO Gay” “de camarote”, outros chegavam a subir nos bancos e a se pendurar nas grades para enxergar melhor. Quem foi só para assistir andava de um lado para o outro, com o olhar atento e curioso, e cochichava com os amigos sobre tudo o que via. “Tá cheio de viado se beijando, de lésbica se beijando, vem ver, vem ver!”, “Mas eu conheço aquela garota! É lésbica?!”, “Cara, eu vi um gay beijando uma lésbica! Isso existe? Moleque, isso existe!”, “Eles não se beijam só entre eles, não. Existe tudo, moleque, existe tudo”, era o que se ouvia entre a multidão de espectadores. Os mais novos também se aproximavam para olhar e até entrar para a roda dos “beijoqueiros”, formada, em maioria, pelos estudantes do Ensino Médio. Via de perto um aluno do 7º ano entre os colegas, concentrado, criando coragem, quando uma amiga olhou nos seus olhos e disse, firme: “Vai, viado! Vai!”. E ele, agora decidido, encheu o peito, levantou a cabeça, jogou a mochila no chão e foi para a roda beijar. Parecia, para ele e para os colegas, um momento revelador.

Três faxineiras desceram do elevador e perguntaram a uma aluna o que estava acontecendo. Ela, que tinha uma faixa amarrada na cabeça: “Beijar é bom e é de graça. Aproveitem!”, explicou que se tratava de uma manifestação contra as ações motivadas por preconceito vindas do setor pedagógico da escola. “Ah, mas a gente apóia vocês! É isso aí!”, disse uma das moças. Logo depois, chegava uma aluna em uma cadeira de rodas, acompanhada de seu pai, que perguntou: “Isso é protesto de quê?”. “É um beijo gay, pai”, respondeu a menina. “Beijo gay? Manifestação que não tem decência tem que

ser tratada com tiro, porrada e bomba! Por isso que na bandeira está escrito: ‘ordem e progresso’. É porque tem que ter ordem pra ter progresso!”.

Encontrei também a equipe de Sociologia. As professoras, que já haviam manifestado apoio ao ato no grupo de estudos de gênero no *Facebook*, assistiam à manifestação e se colocavam ao lado dos estudantes para dialogar com o setor pedagógico. Entre um beijo e outro, a turma do ato e a galera que os apoiava puxavam cantos de protesto: “A nossa luta é todo dia! Contra o racismo, o machismo e a homofobia!”. E o setor, é claro, não ficou de fora dos gritos: “Ei, [abreviatura do nome do setor pedagógico], vai tomar no cu!” e “Vem, vem, vem, [abreviatura do nome do setor pedagógico], vem!” era o que cantavam com o intuito de provocá-los e fazê-los descer até o pátio para conversarem.

“‘Abio, abio, abio’, vem beijar o Fabio!”, cantavam os meninos mais animados com os beijos das garotas lésbicas. Ao passo que, na hora dos beijos entre os garotos, murmuravam: “Porra, o Marco, não! Que nojo!” ou “Ai... Viado se beijando... Argh!”. O grupo de cinco ou seis alunos não se desgrudou durante o ato. De tudo, achavam graça e faziam brincadeiras. Pareciam se divertir bastante; o ato, para eles, foi um verdadeiro entretenimento. Para quem ouvia, porém, suas piadas poderiam ter conotação homofóbica e até machista, como quando abordavam as meninas que passavam: “Vem cá me beijar também!”.

Quando um casal bi ou homossexual se beijava, podia-se notar de longe. O alvoroço era geral. Os gritos eram muitos: para vibrar, para apoiar, zombar e também agredir. Não tardou para que os cartazes que fizeram para o ato e para a Semana da Diversidade fossem arrancados e rasgados e as vaias ficassem ainda mais intensas.

Em certo momento, um grupo de alunos passou a jogar água nos estudantes que se manifestavam beijando, como forma de atacá-los. Depois, passaram a lançar restos de comida. Os gritos contra a homofobia se intensificavam. Não cederiam à humilhação. Mas a parcela de alunos mais conservadora da escola também não parecia disposta a ceder. Ateavam feijão, arroz, carne ensopada e todo resto de comida que encontravam pelas mesas do pátio diretamente nos alunos que protestavam. Via também voarem sachês de *ketchup* e mostarda, a manchar o uniforme dos colegas e a deixá-los cada vez mais constrangidos. Ajudavam-se limpando uns os uniformes dos outros, tirando os restos de alimentos do cabelo e esfregando as manchas de *ketchup* na camisa, se encorajando a não interromper o ato. Esta, no entanto, não era a primeira manifestação de ódio dos jovens mais conservadores do colégio. A eles, diziam, o

“grêmio não representa”. Anjinho me contou que tinham um líder mais agressivo e obstinado. “Tá vendo eles encostados ali na grade? Então... O Leandro fala que vai bater nos gays. Ninguém gosta dele, eu nem olho na cara dele”.

Quando o ato terminou, os alunos manifestantes penduraram de volta os cartazes, limparam a sujeira e os restos de comida do chão do pátio e conversaram sobre a possibilidade de subir até a sala do setor pedagógico para propor um diálogo. Porém, Sereia comentou que não gostaria de entrar lá porque já desgastaram muito a sua relação com a mãe neste sentido. “Gente, já ligaram pra minha casa pra dizer que a minha atividade no grêmio era subversiva!”, contou uma aluna, no grêmio, depois do protesto. “Ah, eles já falaram que a gente vende drogas aqui. Já disse que quem vende drogas é a cantina...”, brincou.

“Viva o machismo!”:

Meses antes do “BeijAto Gay”, um conflito entre meninas e meninos, no Campeonato de Futebol Masculino, foi o estopim para o “racha” ganhar contornos mais nítidos. Um aluno do 6º ano foi à sala do grêmio buscar informações sobre o campeonato e, quando entrou, só havia garotas. Ele concluiu, então, que ninguém poderia ajudá-lo e foi embora. As meninas insistiram e se propuseram a responder alguma dúvida, já que também integravam a comissão da organização, mas ele se negou e disse que apenas um garoto poderia responder aos seus questionamentos. Elas tomaram a atitude do aluno como um ato machista e decidiram, então, preparar uma carta para ler no dia do próximo jogo e pedir que o garoto se desculpassem, caso contrário, seria suspenso do jogo em questão. Na ocasião, os alunos se uniram e disseram que não se desculpariam, pois não haviam feito nada de errado.

No dia do encontro do grupo de estudos de gênero, os estudantes não puderam comparecer justamente por causa do campeonato. Mas ficamos conversando sobre o desentendimento entre os alunos e a professora Rainha comentava entender “que não dá mais para agüentar certas coisas [por parte das meninas]. Agora, tem que ver como vai fazer isso para não gerar mais ódio com um combativismo radical”. Para a professora Ana, “elas se utilizaram de um pequeno poder que elas tinham para expor um garoto do 6º ano para suspender o menino do jogo e produzir uma violência. Elas não podem usar o escracho assim”. Já a aluna Peixinha acreditava que era importante reagir e que todos ouvissem o que as garotas tinham a dizer, não apenas o aluno em particular, porque

“isso não é algo particular dele. Isso é algo que todos os meninos fazem. Nenhuma opressão será tolerada. Essa carta serviu pra todos os meninos repensarem”.

“É claro que ele ia reproduzir o machismo. Ele queria saber sobre o campeonato masculino. Foi procurar os meninos. Elas têm que se colocar pedagogicamente. Mas é isso, é acerto e erro. Elas acertam em muitas outras coisas”, falou a professora Ana. Foi depois deste controverso episódio que o grupo de alunos mais conservadores se organizou, politicamente, para agir contra a parcela de alunas feministas, os estudantes LGBT e também alguns professores aliados. Chegaram a criar páginas nas redes sociais e a insultar outros alunos, além da equipe de Sociologia, que teve estampada na porta da sala o seguinte recado: “Respeitem o meu machismo!”.

Para uma aluna que não se envolve nas reuniões das meninas feministas, nem apóia as manifestações do grupo conservador, “não é que eles sejam contra o feminismo. Eles são contra as atitudes de algumas feministas daqui da escola, que são muito radicais”, como Peixinha, que acreditava que criar uma página machista era, por si só, “incitar o ódio e a desigualdade de gênero”.

Durante a Semana da Diversidade, promovida pelo grupo de estudos, o mural “Ouvi na escola” enfeitava o colégio, reunindo frases que alunos haviam, pouco a pouco, depositado dentro de uma caixa no corredor do Ensino Médio. A idéia era estimulá-los a estampar, para todo mundo ver, os discursos racistas, machistas e trans/bi/homofóbicos que percebiam recorrentemente na comunidade escolar (entre alunos, professores e servidores) e, assim, incentivar o debate para a sua desnaturalização.

As frases do mural “Ouvi na escola” deixavam abertas as pistas sobre a visão de mundo de quem falava, na maioria das vezes, com o intuito de fazer “humor” e ser “irônico”, como um professor de Física⁴: “Os físicos de hoje em dia não fazem descobertas geniais porque as mulheres usam roupas curtas, o que distrai os físicos, antigamente não tínhamos distração”. Ou o diálogo: “Isso aqui é falta de namorado, quando ela arranjar um homem vai ficar quietinha”, disse um professor, ao que uma aluna reagiu: “Professor! Isso é machismo!”, e, então, ele comemorou, ironicamente: “Viva o machismo!”. “Tinha que ser sapatão...” e “Pintar é coisa de viado, sai daqui!” também integravam o painel como falas vindas de alunos, quem, aliás, nem sempre levou com seriedade a proposta. “Sofro preconceito porque sou puta e pego garoto que

⁴ No mural que compôs a Semana da Diversidade, “Ouvi na escola”, as frases não eram assinadas. Tive acesso às informações pelas professoras que organizaram o evento.

faz cu doce e não curte sadomasoquismo. #CHATEADA #CHORANDO [desenho de um *emoticon* chorando]” e “Sofro preconceito porque sou sadomasoquista [desenho de um chicote batendo em um coração]. 50 tons de roxo [desenho de um coração]” foram duas das manifestações enviadas com o propósito de desqualificar a iniciativa do grupo e excluídas da composição final do mural.

Não só alunos reagiram negativamente ao evento e, especificamente, ao “Ouvi na escola”. As repercussões vinham de todo lado. “Um dos professores de biologia se sentiu injustiçado com a frase ‘orgasmo masculino é mais importante que o feminino’, e fez discurso com as turmas. Cheguei um dia no colégio e a equipe de biologia estava em reunião falando sobre isso. Me intrometi, conversei com eles, uma conversa insuportável, porque para eles se é ‘ciência’ é fato, e pareceu que esse tal professor estava sinceramente preocupado com o machismo na biologia”, contou Rainha, uma das professoras envolvidas na organização do evento e do grupo de estudos. “Só que ele chegou nas turmas depois da reunião dizendo que se era para polemizar, então, ia dizer que estupro é justificado pela biologia, e que podia colocar o nome dele e a frase no mural”. Depois do episódio, algumas alunas, preocupadas com os efeitos de um discurso como esse, procuraram as professoras que, imediatamente, levaram o caso à coordenação, à chefia de departamento e à direção. “Depois de toda essa confusão, soubemos que alguns professores foram pedir ao chefe de departamento de sociologia que impedisse a atividade, que retirasse as frases do mural. Tiramos porque algumas frases que não estavam na caixa começaram a aparecer, frases atacando o feminismo. Ficamos com receio de que aparecesse algum nome ali, por isso tiramos”, disse Rainha.

O então professor de biologia foi orientado a se justificar em todas as turmas do 3º ano, série em que comentou sobre estupros e a relação com a ciência, respaldando o seu comentário na afirmativa de que não concordava e não se alinhava ao machismo, mas que era preciso dar conta de algumas “teorias”, do contrário, “como espécies animais continuariam a se perpetuar?”, sem que o macho “estuprasse” a fêmea. Os velhos determinismos biológicos e de gênero, provocadores de antigos e duros embates (o que é social e o que é biológico? O que é da natureza, o que é cultural?), pareciam, para o professor, justificar, em alguma medida, com base em teorias científicas, um sistema socialmente opressor. Estariam as meninas determinante e biologicamente fadadas ao estupro em prol da “perpetuação da espécie humana”? Perguntavam-se as feministas. As professoras iam além: poderia o colega responder criminalmente por tais manifestações? Para elas, todo esse discurso fundamentava e fazia apologia a um crime.

Mesmo com as retratações em sala, a fala do professor de biologia concedeu base teórica e munição para um discurso profundamente conservador. A partir de então, o grupo de alunos declaradamente “reacionário democrático” (ou “masculinistas”) viu na teoria científica o respaldo que precisava para legitimar as suas afirmações. “Não é machismo, é teoria, viu?”, “Tá vendo *feminazi*?”, diziam às meninas.

No Ciclo de Debates promovido pelo Laboratório da Diversidade, para o qual convidaram alunas, acadêmicos, intelectuais e militantes a fim de abordar questões de gênero e sexualidade que marcassem o cotidiano na escola, as agressões continuaram. Quando duas garotas do coletivo feminista foram à frente participar da mesa, ouvia vaias do fundo da sala. Os estudantes, que já haviam ameaçado invadir o grêmio e quebrar tudo, bloqueavam a passagem de certos alunos pelo colégio e, agora, intimidavam as meninas a falar. Quando a mesa abriu para o debate, a criação de uma “Frente Reacionária Democrática” veio à tona. “Eles criaram a ‘Frente Machista’, que depois virou ‘Frente Masculinista’, e agora é ‘Frente Reacionária Democrática’ porque já deu muito problema com o nome”, explicou Anjinho, no microfone.

Tomar a masculinidade e a feminilidade como “metáforas de poder e de capacidade de ação” (Almeida, 1996, p. 2) e a “masculinidade hegemônica” como um modelo cultural ideal (Almeida, 1996) ajuda a pensar as motivações para as ações dos garotos “machistas” ou “masculinistas” como um gesto de controle da “autoridade masculina” e efeito de um privilégio potencial no discurso sobre relações de poder e moralidade, tanto direcionado às meninas quanto às “masculinidades subordinadas” (Almeida, 1996), como dos homossexuais.

Um paradoxo deve, desde já, ser elucidado: se masculinidade e feminilidade são, ao nível da gramática dos símbolos, conceptualizadas como simétricas e complementares, na arena do poder são discursadas como assimétricas. (...) Mais: a própria masculinidade é internamente constituída por assimetrias (como heterossexual/homossexual) e hierarquias (de mais a menos “masculino”), em que se detectam modelos hegemônicos e variantes subordinadas (os termos são de Carrigan, Connell e Lee, 1985). Isto só pode significar duas coisas: que a masculinidade não é a mera formulação cultural de um dado natural; e que a sua definição, aquisição e manutenção constitui um processo social frágil, vigiado, auto-vigiado e disputado (Almeida, 1996, pg. 3).

Neste sentido, a relação entre as categorias feminino e masculino não é, a partir de uma avaliação moral, como as duas faces de uma moeda, mas uma configuração assimétrica e desigual que se reproduz nas bases de um processo de naturalização. “O corpo é o lugar investido simbolicamente para confirmar esta ontologia. E o processo de

incorporação dos significados do gênero resulta como um consenso vivido (na expressão de Bourdieu) em virtude da sua aprendizagem ser permanente, não focada, não verbal e não reflectida” (Almeida, 1996, pg. 4). Daí, então, segundo o autor, a necessidade de um estudo do corpo “socializado e subjectivado e dos processos de incorporação”, de uma forma que ultrapasse o estudo das representações do corpo ou do corpo como receptáculo passivo do poder, mas, antes sim, “como ‘base existencial da cultura’ (Csordas, 1990)” (Almeida, 1996, pg. 4). A ideia corrente de que os homens são, naturalmente, carregados de pulsão sexual (a prova da sua virilidade), o que os levaria a naturalizar e legitimar atos de abuso e assédio, por exemplo, é parte desta construção de uma “cultura da masculinidade” (Almeida, 1996). Dessa forma, “cria-se um modelo de masculinidade altamente hierarquizador, onde feminiza-se aquele que se quer humilhar e vangloria a masculinidade daquele que se deseja elogiar” (Almeida, 1996, pg. 12).

A “masculinidade hegemônica” está, pois, como elemento central nas negociações das relações sociais aqui desenvolvidas. Para Almeida (1996), “patriarcado” pode ser a definição de uma ordem de gênero específica, na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas. As intensas agitações sociais desde as últimas décadas para a contestação desta organização, no entanto, abrem a possibilidade para um “período de transição histórica, de transformação da hegemonia” (Almeida, 1996, pg. 4), em que as tensões, os ruídos e as disputas têm se tornado ainda mais audíveis e perturbadores.

Ao mesmo tempo em que a onda questionadora das sexualidades e dos gêneros perturbava a ordem escolar dentro do colégio, do lado de fora, toda a crítica conservadora ao “gayzismo”, ao “feminazi” e à “ideologia de gênero” fazia correnteza aos discursos juvenis inflamados que invadiam os corredores. E o contrário também acontecia: a marca à esquerda da luta do movimento estudantil e as resistências ao poder normalizador da escola e da sociedade na tradicional instituição federal incomodavam quem assistia do outro lado do muro.

O moderador da página “Eu sou de direita” no *Facebook*, que contava com milhares de curtidas e visualizações, manifestou, em vídeo, o seu repúdio ao “BeijATO” dos alunos, baseado em polarizações simplistas e até partidárias (direita x esquerda; detentores da moralidade x “vermelhos”) e no discurso comum às bancadas religiosas e extremistas no atual cenário político do país.

Esse evento durou cerca de uma hora, um evento nada mais, nada menos do que um beijaço gay e lésbico no pátio da escola. E você, pai, você, mãe, que coloca o seu filho pra estudar acontece esse tipo de coisa. E o pior de tudo, nenhum profissional do colégio, nenhum, nem professor, nem nada, parou com a pouca vergonha, não! Muito pelo contrário, porque esse tipo de professor que ta aí, no caso, nesse colégio especificamente, são professores completamente de esquerda. São professores que apóiam ‘ideologia de gênero’, que escrevem alunos com ‘x’, brancos com ‘x’, negro com ‘x’, tudo com ‘x’. São um bando de vermelhos que estão conseguindo desmoralizar a educação nesse país, uma escola de excelência, que foi uma instituição católica. Onde já se viu numa instituição católica estar acontecendo isso? Isso é um absurdo e isso tem que acabar é agora! (...) Isso daí é uma pouca vergonha, esses vermelhos estão conseguindo destruir a educação dos nossos jovens e eu, espero que todos os meus amigos de direita e todos os companheiros de direita, façam a mesa coisa que estou fazendo: mostrem repúdio a esse tipo de ação! (Transcrição de parte do vídeo postado na página “Eu sou de direita” do *Facebook*).

O jornalista Reinaldo Azevedo, em coluna na revista *Veja*, também manifestou a sua insatisfação em relação aos recentes episódios do colégio. Ele abordou o tema da degenerificação dos cabeçalhos de provas e testes com a adoção do termo “alunx”, no lugar de “aluno” (2015). A iniciativa foi de um professor de biologia que, na época, não era muito engajado com os movimentos, mas, a partir das reivindicações estudantis sobre igualdade de gênero e das primeiras menções ao termo “alunx” nos informes e postagens do grêmio nas redes sociais, decidiu conversar com os estudantes. “Com isso, comecei a tratar sobre o assunto de forma interdisciplinar nas minhas aulas. Em uma prova, como resultado deste processo, coloquei ‘alunxs’ no cabeçalho. Na hora da aplicação não teve resistência, mas depois alguns estudantes riscaram o termo e colocaram ‘aluno’. Foram poucos e isto é natural”, disse o professor ao jornal *O Globo* (2015). Na entrada de uma das unidades do colégio, um coordenador de disciplina também aderiu ao uso do termo em que o gênero é suprimido, o que causou semelhante polêmica. “Ah, [nome do colégio], de tão gloriosas tradições!!! Que mal o acometeu? (...) A ideologia de gênero, que tenta se impor na porrada nas escolas, sob o patrocínio do petismo e de esquerdismos ainda mais mixurucas, é que tem de ser combatida”⁵, escreveu Reinaldo Azevedo.

Em referência à coluna do jornalista, o pastor Silas Malafaia chegou a chamar o colégio de “antro de esquerdopatas”, pelo *Twitter*. Pouco depois de a postagem “viralizar”, estudantes incluíam às suas fotos nas redes sociais o *template* com um “x” e diziam: “esquerdopata com muito orgulho!”. O Reitor da escola também se manifestou sobre a repercussão do caso e rebateu as críticas, em nota pública divulgada no site:

⁵ Trecho retirado da matéria publicada na revista *Veja*, disponível no site: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/>. Acesso em janeiro de 2016.

“Não há nenhum ato oficial do [nome do colégio] alterando a norma culta da língua portuguesa, mesmo porque isto não é da alçada do Reitor do [nome do colégio], muito menos é de sua alçada definir personalidades, gêneros, raças, credos, etc... da comunidade escolar. Existem diferenciadamente e todos precisam ser acolhidos e com tolerância. (...) O x, que em matemática retrata uma solução, vai além da questão gramatical. Ele quando não solucionado, na questão de gêneros, atinge pessoas causando sofrimento e dor às personalidades aprisionadas em moldes sociológicos ocultos de verdade. Não há soluções na omissão ou na ocultação do fato. Existem gêneros diferentes e isto é fato incontestável. Solução haverá e em prol do bem comum se estas e outras questões forem tratadas com foco na tolerância e amor ao próximo. Nada mais concreto em amar o próximo que inserir socialmente todos com justiça e igualdade. (...) Não é o x em alunos e alunas que irá reduzir a excelência de nosso trabalho. Este não é o problema. Problema há nos altos índices nacionais de analfabetismo, na má distribuição de renda, nas injustiças sociais e disto deveriam os detratores do [nome do colégio] tratar, cada um em sua área de atuação”, disse o Reitor em nota, em 2015.

Entre os alunos, era comum também o uso do “e”, em substituição ao “x”, de forma a tornar as palavras desgenerificadas pronunciáveis. Em rodas de conversa, comunicados escritos e postagens nas redes sociais (dos perfis pessoais e das páginas dos coletivos e frentes), eles preferiram aderir ao “e” no lugar dos sufixos marcadores de gênero “a” e “o”. Assim, desfaziam a suposta neutralidade e hegemonia das derivações masculinas, além de não cravarem, no discurso, as diferenças de gênero de/para quem se fala e resguardarem a não-binariedade de certas performances.

O combate a uma suposta “ideologia de gênero”, corrente que deturparia os entendimentos sobre o que é ser homem e mulher, destruindo o arranjo familiar tradicional, não era “privilegio” apenas do colégio em questão, aquele que devemos, sobretudo, fazer preservar as “tão gloriosas tradições”, como disse Reinaldo Azevedo. Segundo defensores da família, da religião e da natureza biológica, aqueles que lutam contra o perigo dessa “ideologia” nas escolas, o “objetivo é proteger a família, dar tranquilidade aos pais e proteger também as nossas crianças. Um menino de três anos de idade, como ele vai entender que não é menino, nem menina, que ele não nasce homem ou mulher? Realmente traria um transtorno muito grande. É isso que nós estamos combatendo”⁶, disse o presidente da Câmara, Paulo Conrado (PSD), autor de uma lei que proíbe a discussão dos temas de gênero e sexualidade no plano de educação das unidades escolares de Volta Redonda, em entrevista ao portal de notícias G1 (2015). Em Minas, Leandro Genaro (PSB) afirmou que “ideologia de gênero é uma praga que veio do

⁶ Trecho retirado da matéria publicada no portal de notícias G1, disponível no site: <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2015/09/lei-proibe-discussao-de-ideologia-de-genero-em-escolas-de-volta-redonda.html>. Acesso em janeiro de 2016.

marxismo, passa pelo feminismo e visa destruir a família tal qual nós a conhecemos”⁷ (Folha, 2015). Já a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), divulgou nota em que declara que a “introdução a essa ideologia na prática pedagógica das escolas trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias”⁸ (UOL, 2015).

A polêmica, no entanto, não era tão recente. Em 2014, durante a tramitação no Congresso Nacional do Plano Nacional de Educação (PNE), que traçava as diretrizes para os próximos dez anos, as questões de gênero e sexualidade foram retiradas do texto. Um ano depois, o debate voltou à tona e muitos deputados, pressionados pelas bancadas religiosas e com respaldo de igrejas evangélicas e católicas, foram orientados a fazer o mesmo, banindo as referências a identidade de gênero, diversidade e orientação sexual também dos planos de educação dos seus municípios e estados. Entre os trechos vetados, estavam metas de combate à “discriminação racial, orientação sexual ou à identidade de gênero”, censos sobre educação entre travestis e transexuais e incentivo a programas de formação sobre gênero, orientação sexual e diversidade.

Inspirações finais

Buscava desfazer as fronteiras entre o que era de “dentro” da escola e o que acontecia “fora”, borrando os limites entre o macro e o micro, para pensar essas perspectivas em co-influência. Ao mesmo tempo em que problemáticas mais amplas da sociedade borbulhavam nas ruas e nos jornais, costuravam-se tramas em todo canto da escola capazes de ultrapassar os muros do colégio e de ativar a sua relação com o mundo, atualizando as interações com o país e a cidade, como em uma construção de realidade vulnerável ao outro; um campo em que forças vivas se afetavam mutuamente, formando um espaço micropolítico em que se faziam agitar dimensões macroestruturais e vice-versa.

Neste caso, o perigo era sempre eminente; a molecularização dos atos políticos para a resistência não assegurava a derrota dos conservadorismos, tampouco assegurava a total desarticulação de uma política maior. Havia sempre aí um fluxo de revides, de linhas que teimavam em fugir. Não importava se se tratavam de linhas de segmentaridades duras, ou ainda mais ou menos flexíveis, elas se movimentavam aberta

⁷ Trecho retirado da matéria publicada no portal de notícias Folha.com, disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em janeiro de 2016.

⁸ Trecho retirado da matéria publicada no portal de notícias UOL, disponível no site <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>. Acesso em janeiro de 2016.

e continuamente, viabilizando conexões entre as interações do mundo com a comunidade escolar, no sentido pedagógico, curricular, das relações sociais e do movimento estudantil. Micro e macro são ao mesmo tempo, se dão pela simultaneidade – para Deleuze e Guattari (2012), é a partir da coexistência dos fluxos moleculares e das segmentaridades molares que se pode falar em política.

Em tempos de “grande estresse social” (Rubin, 1984), a sexualidade deveria ser tratada “com especial atenção” (Rubin, 1984). Se, para alguns, o tema parecia sem importância, um desvio fútil de problemas mais críticos, como a pobreza e o analfabetismo, para outros, era em momentos de efervescência política, em que se vive a possibilidade de destruições e retrocessos, que o debate precisava vir à tona.

A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado (Rubin, 1984, pg. 1).

Para Rubin (1984), por mais de um século, nenhuma tática para “tratar da histeria erótica tem sido tão confiável quanto a proteção das crianças. A onda contemporânea de terror erótico se aprofundou ao máximo nas áreas nas quais se faz fronteira, mesmo que apenas simbolicamente, com a sexualidade dos jovens”. Segundo a autora, o combate de políticos e partidos de direita ao “sexo não-familiar” e a sua relação com o comunismo não é novidade. “Ideologias da Nova Direita e do neo-conservadorismo atualizaram esses temas, e se inclinam na ligação entre comportamento sexual ‘imoral’ com declínios putativos no poder americano. Em 1977 Norman Podhoretz escreveu um ensaio culpando os homossexuais pela inabilidade dos Estados Unidos em se levantarem diante dos russos (Podhoretz, 1977). Ele até nitidamente interligou ‘a luta anti-gay na arena doméstica e as batalhas anti-comunistas na política internacional’ (Wolfa e Sanders, 1979)”, (Rubin, 1984, p. 9). A autora cita exemplos de lutas travadas há décadas que ainda deixam resíduos na forma das leis, práticas sociais e ideologias, nos Estados Unidos. Para ela, é imperativo entender o que está acontecendo e o que está em jogo ao tomar decisões informadas sobre quais políticas apoiar ou se opor.

Neste sentido, proteger a escola e a família parece primordial para certos grupos. A gestão da sexualidade entra aí como um poderoso instrumento de regulação e normalização dos corpos e do desejo, no espaço escolar, reforçando duramente o padrão de uma ciência sexual que diz o que se deve ou não fazer, falar ou não falar e assumir em termos de sexualidade entre meninas e meninos. Os efeitos destas inscrições morais sobre o corpo e a sexualidade - aquelas não se localizam em um único lugar, mas são capazes de passar por através dos sujeitos, como poros (Foucault, 1979) - esbarravam tanto na construção dos planos de educação e currículos escolares quanto nas interações, desde a pré-escola ao Ensino Médio, a partir de interjeições como “comporte-se como uma menina!”, “você não pode se vestir assim” ou de questionamentos do tipo “os seus pais sabem que você é gay?”, “você já se assumiu para a sua família?”, “os pais do Infantil podem reclamar se as virem se beijando”, “precisamos combater o ‘problema’ do feminismo e das expressões homoafetivas na escola”.

A professora Sol, do Laboratório da Diversidade, contou que o grupo sofria muita oposição “de gente que acha que escola é pra falar das quatro operações e do verbo *to be*. Falam que a gente está despertando a sexualidade dos alunos, como se eles já não tivessem a deles... E tem também o fato de darmos voz aos alunos e aí acharem que falar sobre isso significa que a escola vai virar um bordel”. Ela contou que um professor já agiu, pessoalmente, contra a sua postura dentro do colégio. “Fiquei sabendo de um professor que ligou para a direção para dizer que a professora de inglês postou no *Facebook* o apoio ao ‘BeijATO’. E o diretor falou para ele não se preocupar, não, que a escola me apoiava também”. O diretor do Ensino Fundamental, aliado do movimento estudantil e das professoras mais engajadas, propunha uma importante parceria para a fluência e o respeito ao debate. “Esse professor que ligou foi o mesmo que disse que os alunos precisavam de aulas de ‘Educação Moral’, dizem que nós é que estamos inventando esse negócio de diferença. Enquanto estava todo mundo no seu lugar quietinho, estava tudo bem. Enquanto os alunos fingiam que achavam as piadas engraçadas ou ficavam calados, tudo bem”, completou. Ela contou, feliz, que o sucesso do ‘BeijATO’ indicava que estavam fazendo um bom trabalho, pois os alunos estavam colocando em prática o que aprenderam. “A gente não sabe o que vai sair disso, o que vai acontecer. Mas isso que a gente tá vivendo aqui é histórico no [nome do colégio] e eu estou muito contente em fazer parte disso”, disse.

No entanto, tampouco a característica contestadora e progressista de alunos e professores da escola poderia ser encarada pelo viés da generalização. Durante o mesmo

“BeijATO”, a reação da parcela mais conservadora e agressiva da comunidade escolar remetia às motivações do setor pedagógico para a perseguição aos estudantes que mantinham práticas homo e bissexuais nos limites da escola, bem como aos impulsos para a conduta machista e trans/bi/homofóbica de certos professores e inspetores, e também à guinada à direita extremista de determinados setores da sociedade.

Busquei, então, uma leitura sobre as narrativas juvenis da sexualidade e do gênero que trouxesse para o debate a valorização da produção de ressignificações, subjetividades e novas práticas políticas e as suas dimensões e efeitos nos espaços da escola e as suas relações com o mundo fora. O desafio de acompanhar e perceber as diversas formas de expressar-se, mover-se e afirmar-se através das performances de gênero, das práticas sexuais e das primeiras experimentações participativas de construção da ação política no âmbito escolar e nas suas relações com a realidade da sociedade contemporânea expunha, assim, as suas estruturas, rachaduras, continuidades e tensões caracteristicamente urbanas.

A trajetória metodológica, portanto, seguiu não um roteiro elencado *a priori*, mas um mapa que foi se fazendo e refazendo no movimento das observações, rodas de conversa aberta e entrevistas. Dispensei formulários fechados ou questionários previamente esboçados para dar lugar a bate-papos abertos e coletivos e a abordagens que favorecessem a participação espontânea e ativa dos alunos, ao longo do ano de investigação no campo.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Gênero, masculinidade e poder. Revendo um caso do Sul de Portugal**. In: Anuário Antropológico de 1995, 1996. Disponível no site: <http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/genero-masculinidade-e-poder.pdf>. Acesso em janeiro de 2016.

BUTLER, Judith. **Entrevista**. In: Prins, Baukje e Meijer, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Revista de Estudos Feministas, vol. 10, nº1. Florianópolis, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100009&script=sci_arttext. Acesso em janeiro de 2016.

DELEUZE, Gilles. & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs, vol. 3.** São Paulo: Editora 34, 2012.

EUGENIO, Fernanda. **Corpos Voláteis: afeto e consumo nas “cenas cariocas”.** In: Almeida, Maria Isabel Mendes e Eugênio, Fernanda. (orgs.) *Culturas jovens. Novos mapas do afeto.* Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

PÉLBART, Peter Pal. **Parque Augusta ou um desejo de rua.** In: Revista Online VitruVius, 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.176/5455>. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Vida capital: ensaios de biopolítica.** São Paulo: Iluminuras, 2003.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual.** São Paulo: n-1 edições, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento. São Paulo In: Moreno, Gilberto. **“A gente faz política a toda hora”: Juventude e vida associativa nas bordas da cidade.** In: Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), 2014.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade,** 1984. Trad: Felipe Bruno Martins Fernandes e Miriam Pillar Grossi.

Disponível no site:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1. Acesso em janeiro de 2016.

Fontes Consultadas

Diário Oficial da União, Resolução nº 12, 2015, disponível no site:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=12/03/2015>. Acesso em julho de 2015.

Trecho retirado da matéria publicada na revista Veja, 2015, disponível no site:

<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/>. Acesso em janeiro de 2016.

Trecho retirado da matéria publicada no portal de notícias G1, 2015, disponível no site: <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2015/09/lei-proibe-discussao-de-ideologia-de-genero-em-escolas-de-volta-redonda.html>. Acesso em janeiro de 2016.

Trecho retirado da matéria publicada no portal de notícias UOL, 2015, disponível no site <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>. Acesso em janeiro de 2016.